

Sobre Luzes e Sombras:

A revitalização da Praça XV de Novembro no centro histórico da cidade do Rio de Janeiro e o papel da paisagem urbana como patrimônio cultural (1982-2012).

The revitalization of a Praça XV de Novembro in the historical center of Rio de Janeiro and the role of urban landscape as cultural heritage (1982-2012).

Leonardo Civale

Doutor em Geografia, Professor do Departamento de Geografia
da Universidade Federal de Viçosa, Brasil
civale@ufv.br

Recebido para revisão em 27/04/2015 e aceito para publicação em 15/05/2015

Resumo

Em um mundo marcado pela velocidade de circulação de mercadorias, pessoas e, sobretudo do capital, não há como escapar de uma sensação de um tempo presente que se eterniza. No entanto, a despeito da unificação de mercados e da construção de uma economia mundial, presenciamos no período histórico que vai do final do século XX ao início do século XXI, a importância, cada vez maior, da memória, da história, do passado e das recordações individuais e coletivas. Essa força historicista tem desejado e orientado a conservação e transmissão de um patrimônio cultural comum de cunho material ou imaterial. Deste modo, podemos identificar por parte de autoridades governamentais, pela ação política de camadas de intelectuais, ou através da pressão de grupos identitários, uma espécie de obsessão memorialista, cujo objetivo consciente ou não, é a preservação da identidade de uma determinada comunidade. O desejo de conservação e preservação teria aumentado na medida em os diferentes grupos de pressão e as camadas intelectuais desconfiariam dos projetos de futuro, das promessas do desenvolvimento econômico e das dádivas dos diferentes modelos de utopias comunitárias. No entanto, na discussão sobre o que se deve conservar e preservar, não é a memória e a identidade histórica dos grupos subalternizados, mas sim aquelas de grupos dominantes com forte capacidade de exercer pressão social e coletiva. O presente trabalho se debruça sobre um exemplo concreto, a revitalização de uma praça no coração do centro histórico da cidade do Rio de Janeiro e procura refletir sobre o papel fundamental da preservação do patrimônio cultural material ou intangível como um instrumento de preservação da identidade histórica e cultural dos diferentes grupos que dividem o espaço urbano. O trabalho pretende assim revelar como os interesses políticos e culturais de determinados grupos podem iluminar alguns objetos de valor cultural e afetivos, mas, ao mesmo tempo produzir sombras outros tantos que são fundamentais para a memória coletiva de grupos com menor poder de pressão e representação social. Ao se ocupar do exemplo recente do processo de revitalização do centro da cidade do Rio de Janeiro, o artigo tem intenção de destacar a importância da discussão do patrimônio cultural como política pública.

Palavras-chaves: paisagem cultural, patrimônio, espaço, memória, identidade

Abstract

In spite of the unification of markets and the construction of a worldwide economy, we witnessed, during the historical period between the end of the 20th and the beginning of the 21st centuries, the ever-growing importance of the memory, the history, the past, and of the individual or collective reminiscences. This historical force has desired and oriented the conservation and transmission of a

common cultural heritage, be it material or immaterial. Therefore, we are able to identify, on the part of governmental authorities, by means of the political actions of the intellectual segments or through the pressure by identity groups, a sort of memoirist obsession, whose objective, is to preserve the identity of a given community. However, during the discussion regarding what should be conserved and preserved, the conclusions reached was that it was not the memoirs and the historical identity of subordinate groups, but those of dominant groups, capable of exerting social and collective pressure. This paper examines a concrete example: the revitalization of a plaza in the historical center of Rio de Janeiro, Brazil, seeking to reflect on the fundamental role of preservation to our cultural heritage. This study aims, therefore, to reveal how the public and cultural interests behind given groups may highlight some objects of cultural or affective value, but, at the same time, undermine many others that are also fundamental for the memory of collective groups of lesser power and social representation.

Key words: cultural landscape, cultural heritage, space, memory, identity

1. INTRODUÇÃO

Em um mundo marcado pela velocidade de circulação de mercadorias, pessoas, informação e, sobretudo do capital, não há quem consiga escapar a vertiginosa sensação de uma forte aceleração do tempo. O outro lado da mesma moeda é a impressão de que, em meio a uma enxurrada cotidiana de novidades, o tempo se estancou, dando origem a um eterno presente. Portanto, aquilo que poderia parecer aparentemente contraditório é, na realidade, o resultado das circunstâncias históricas específicas do mundo contemporâneo.

A transformação da base produtiva, a circulação mundial de bens e produtos, a expansão do capital, a velocidade dos transportes e a revolução na transmissão da informação produziram a unificação de mercados e, conseqüentemente, a construção de um espaço mundial globalizado. Essas transformações alteraram as noções de tempo e espaço no mundo contemporâneo, diminuindo as distâncias entre os lugares, na medida em que, tendo acesso aos meios modernos, é necessário menos tempo para percorrê-las. (HARVEY, 1989, p.67). Além disso, o processo de expansão dos mercados gerou uma nova configuração do espaço geográfico. O espaço mundial se assemelha, cada vez mais, a uma espécie de rede. Uma rede geográfica, que se expande e se estende a quase todos os lugares do planeta. (CASTELLS, 2000, p.10).

As interpretações dos autores acima que, já podem ser considerados clássicos da geografia, longe de serem análises isoladas, vão ao encontro do cenário desenhado por outros cientistas sociais (GIDDENS, 2003; HALL, 2004; SENNET, 2006) que identificam na contemporaneidade senão sinais de ruptura, pelo menos grandes transformações, em relação ao momento histórico construído após a Segunda Guerra Mundial. Para evitar, a priori, qualquer prefixo ou adjetivo qualificativo

podemos dizer que estamos em uma era que pode ser compreendida como um momento específico da modernidade.

À primeira vista, a atuação voraz do capital na modernidade tardia poderia sugerir o desaparecimento progressivo de organizações políticas regionais ou nacionais, modos de vida intrínsecos a determinados lugares e paisagens ancoradas em bases locais. No entanto, a despeito da compressão espaço-temporal, que estende o tempo presente e encurta as distâncias entre os lugares (HARVEY, 1989), presenciamos, não ao desaparecimento, mas antes, a transformação ou a adaptação de antigas organizações políticas, de modos de vida locais e de paisagens que pareciam serem eternas. O período histórico entre as últimas décadas do século XX e as duas primeiras do século XXI, trouxe à tona, com importância, cada vez maior, as noções de memória, patrimônio cultural e identidade.

O trabalho tem, portanto, o objetivo refletir sobre a paisagem urbana enquanto patrimônio cultural. No entanto, antes de qualquer coisa, é preciso deixar claro que no nosso ponto de vista, a paisagem urbana não se resume apenas a um cenário. Algo que poderia ser observado, descrito, retratado ou reproduzido por linguagens artísticas. Dentro da perspectiva que privilegiamos, a paisagem urbana pode ser encarada como uma representação, mas é imprescindível que ela seja analisada, sobretudo, enquanto uma práxis histórica. (BESSE, 2014, p.26). Portanto, se a paisagem urbana pode ser encarada como uma práxis histórica, ela deve ser interpretada como resultado do conflito, ou da luta, entre grupos dominantes e grupos subalternos. Nesse contexto, a paisagem urbana também pode ser vista como objeto de disputa entre grupos distintos no seio de uma mesma sociedade. Se a paisagem urbana pode ser compreendida como o resultado da ação de uma determinada cultura sobre o espaço, evidentemente, ela também pode ser encarada enquanto patrimônio do grupo identitário que historicamente se reconheça nessa paisagem. Se, portanto, por um lado, a paisagem urbana pode ser encarada como patrimônio cultural de um determinado grupo social, por outro, é inegável que o mesmo processo pode obscurecer a memória e a identidade outros grupos sociais de uma mesma sociedade. Se o espaço pode ser definido como o lugar de encontro de histórias, memórias e identidades, (MASSEY, 2009, p. 12) a paisagem urbana deveria ser, incontornavelmente, a condição e o reflexo desses encontros. Todavia, historicamente, o processo de reconstrução da memória e da identidade, e, conseqüentemente da paisagem, normalmente, segue interesses de grupos específicos que não têm necessariamente compromisso com a com os diversos interesses e as distintas identidades.

2. PAISAGEM URBANA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

A desesperada busca contemporânea por aquilo que seria a verdadeira identidade local provocou uma enxurrada de processos de reconstrução da memória coletiva. A opção por uma memória específica e, conseqüentemente, a patrimonialização daquilo que seria o traço de apenas um grupo dentre os vários estratos que compõem a mesma sociedade, ou mesmo, entre sociedades distintas, provocou, nos diferentes grupos sociais, o desejo de preservar e conservar aquilo que pudesse ser considerado patrimônio cultural comum de cada um desses grupos. Não é à toa que, ao longo das últimas décadas, o conceito de patrimônio cultural, antes restrito aos bens nacionais e históricos (CHOAY, 2007) se estendeu, para a proteção de bens imateriais, para a proteção dos chamados bens naturais e, inclusive, como é o caso da cidade do Rio de Janeiro, para a paisagem cultural. Como não poderia deixar de ser, esse movimento deu nova visibilidade ou revigorou o conceito de paisagem cultural. A paisagem cultural que, no pensamento geográfico tradicional, era compreendida como uma realidade fixa e imutável hoje deve ser analisada como um fenômeno processual e histórico. Segundo Jean-Marc Besse:

[...] a paisagem ocupa, na atualidade, um lugar crucial nas preocupações sociais e políticas pela qualidade dos quadros de vida oferecidos às populações, em relação aos questionamentos sobre identidade dos lugares, sobre a governança dos territórios ou, ainda, sobre a proteção dos meios naturais. (BESSE, 2014, p.7)

A luta pela preservação do passado através de recordações individuais e coletivas parece ter se transformado no bom combate que vem sendo travado no seio das sociedades modernas. Seus protagonistas, frequentemente assumem o papel de guardiões da memória e do saber e mergulham em um passado retórico para sustentar suas posições no presente. A força historicista que os embala tem orientado a preservação, conservação e transmissão daquilo que seria a memória coletiva de grupos socialmente dominantes. Não há como ficar alheio ao fato que a ação política de mediadores e, sobretudo, a ação dos órgãos oficiais, tendem, na sua obsessão memorialista, a preservar a memória e a identidade desses grupos. Não há como negar que os diferentes grupos que compõem uma sociedade não tiveram e não têm a mesma capacidade de imprimir no espaço suas necessidades, seus desejos e suas aspirações e aspirações. Normalmente, os órgãos oficiais e os intelectuais orgânicos tendem a organizar a memória de acordo com os interesses de grupos hegemônicos. Como escreve o antropólogo francês Joël Candau, em uma produção recente:

A memória, ao mesmo tempo que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. (CANDAU, 2014, p.16).

Em países atrelados, pela circunstância histórica, à economia mundial de maneira tardia como Brasil, aquilo que se preservou foi a memória oficial, cristalizada inclusive nos processos de tombamento. O que foi preservado é a memória dos esforços de inserção do país no que se considerava modernidade, bem como, os vestígios desses processos nos planos de planejamento dos espaços urbanos. Em outras palavras, o país e as cidades guardam, quase que exclusivamente, a memória dos diferentes projetos de modernização desde o final do século XIX e até os dias atuais, mas, convenientemente, esquecem aqueles que tiveram que adequar a suas práticas cotidianas (de CERTEAU, 1994, p.22) aos projetos que eram impostos de cima para baixo. Projetos estes que se estruturavam como modelos de integração do território do país à realidade econômica e cultural dos países centrais e, além disso, planejavam e reorganizavam todo o espaço urbano.

O problema é que, o momento de implantação desses mesmos projetos representa também o esquecimento ou a readequação de várias formas de ser e estar no mundo. Com a implantação de novos padrões de modernização e urbanização, a memória viva de uma parcela da população talvez não desapareça, contudo, é obrigada a se utilizar da criatividade para reinventar a vida cotidiana (de CERTEAU, 1994, p.25) e recriar novas maneiras de ser viver e conviver no espaço. A questão que permaneceria em aberto seria saber quais os caminhos para se garantir a memória e, portanto, o patrimônio material e imaterial de grupos não hegemônicos, uma vez que a própria noção de patrimônio envolve uma discussão coletiva. Como definem Levy e Lussault:

O patrimônio é um conjunto de atributos, de representações e de práticas fixadas sobre um objeto não contemporâneo [...]. É decretada coletivamente a importância presente intrínseca (aquilo em que este objeto é representativo de uma história legítima dos objetos da sociedade) e extrínseca (aquilo em que este objeto contém em si os valores que servem de base de uma memória coletiva) que exige que essa memória seja conservada e transmitida. (LEVY et LUSSAULT, 2003, 692)

O texto procura, portanto, refletir sobre a contradição básica da modernidade tardia no que se refere à paisagem urbana como patrimônio. Se modernizar e urbanizar foram modos de impor uma hierarquia de decisão e assegurar a organização e utilização do espaço, gerando uma memória que, certamente, deve ser preservada, como porém, preservar também a memória de práticas cotidianas gravadas no espaço que, nada mais eram do que, maneiras da população menos favorecida de reinventar esse mesmo espaço. (de CERTEAU, 1994, p.27)

3. PAISAGEM URBANA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL NA MODERNIDADE TARDIA

O período que vai dos anos 80 do século XX até a segunda década do século XXI foi um momento em que o pensamento europeu passava por grandes transformações decorrentes da crise do socialismo real e via ressurgir das entranhas das novas sociedades uma miríade de grupos identitários que apostavam na língua, na etnia e na religião como símbolos de uma nova identidade. Se na Europa o passado era revirado como berço das identidades, nos Estados Unidos, a crise provocava um questionamento do retorno aos “verdadeiros” valores americanos. No Brasil, os anos 80, representavam do ponto de vista econômico, uma década de baixíssimo crescimento econômico, no entanto, haveria de ser considerado o retorno à normalidade democrática com o fim da ditadura militar. A crise de legitimidade provocara, portanto, uma revisão dos paradigmas identitários e, concomitantemente, uma necessidade de preservar e conservar o patrimônio, fosse ele natural ou histórico que justificasse essa identidade.

A sucessão de eventos emblemáticos, que tiveram lugar no país nas três últimas décadas, no que diz respeito à memória, à identidade e ao patrimônio revela as energias e as forças vitais mobilizadas a partir desse momento. Tais eventos revelam o conflito entre os desejos de uma população excluída da participação nos mecanismos de decisão e as aspirações de ordem, controle e planejamento que brotaram da pena das autoridades constituídas. A memória e a identidade, através de sua parte visível que é a paisagem cultural, vêm sendo utilizadas pelas classes dominantes e pelos diferentes grupos identitários contemporâneos em uma disputa pela interpretação do passado. Tal fato deveria ser uma disputa democrática e saudável pela memória coletiva, pelas identidades dos grupos invisibilizados e pelo espaço público. No entanto, essa luta tem se revelado a legitimação do domínio, seja nos aspectos simbólicos, seja no espaço concreto de um determinado grupo social em detrimento de outros tantos.

Por um desses caprichos da consciência individual e coletiva, parece que a nossa circunstância histórica de certa maneira vem valorizando sobremaneira o recurso da memória e da própria história como um recurso para a preservação da identidade individual e coletiva. Curiosamente, o fato de vivermos em uma era de grande profissionalização universitária nas áreas da geografia, da história, da antropologia e da sociologia e dispormos profissionais nas diferentes áreas altamente qualificados parece não ter afetado de maneira significativa o interesse social pela genealogia. As sociedades ocidentais de maneira geral parecem dar mais valor a uma mitologia das origens do que ao resultado do trabalho de profissionais que se dedicam a vasculhar a memória, a história e a identidade coletiva. Desse modo, não causa nenhuma surpresa o patrimônio cultural,

berço da memória e da identidade ser evocado para a legitimação do poder através de uma construção mitológica das origens.

Os grupos indentitários dominantes dentro de uma mesma sociedade, além de não levarem em consideração o exaustivo e criterioso trabalho destes profissionais da memória, optam por em fantasiosas construções mitológicas que sustentem suas fantasias identidade social. Portanto, a preservação da paisagem cultural como patrimônio, longe de ser fruto apenas de veleidades estéticas e culturais é, na realidade, um campo acirrado de conflito aberto e discussão apaixonada entre os diferentes grupos cujas histórias bifurcam no espaço. A maneira como o conceito de paisagem cultural e de patrimônio vem sendo utilizado no mundo contemporâneo revela claramente o uso político e legitimador da ideia de patrimônio. A paisagem cultural como um sinônimo puro e simples da herança e evocação mitológica das origens. Tal fato, talvez não acarretasse em um problema em si se a luta pelas origens fosse apenas simbólica, mas sabemos que as lutas simbólicas conduzem ao fortalecimento de determinados grupos sociais em detrimentos de outros. Sabemos também que ao não se sentirem legitimamente representados, esses grupos subalternizados, não se ocupam do espaço público que, sem eles, jamais será verdadeiramente público.

A paisagem atualmente se transformou no objeto de estudo de diferentes profissionais e, conseqüentemente, isso implica em uma série de olhares sobre a paisagem. Evidentemente que essas miradas, com o passar do tempo, se solidificaram em uma série de recortes conceituais sobre a paisagem. (BESSE, 2014, 11). Ainda segundo os argumentos desse autor, existem cerca de cinco “problemáticas paisagísticas” no pensamento contemporâneo. A paisagem pode ser considerada como uma “representação cultural”, “como um território produzido pelas sociedades na sua história”, “como um complexo sistêmico”, “como um espaço de experiências sensíveis” ou “como um local ou contexto de projeto”. Para Besse, cada uma dessas posições é sustentada por um discurso acadêmico e uma práxis profissional. (BESSE, 2014, p.12)

Ainda que, levando em consideração as múltiplas entradas do conceito de paisagem, compreendemos a paisagem prioritariamente como um território produzido e praticado pelas sociedades humanas na sua história (BESSE, 2014, p.27). A paisagem é assim compreendida como uma totalidade que é o resultado histórico das práticas e dos usos do espaço, desse modo, não basta reconstruir a trajetória histórica dos distintos modelos de modernização do espaço, mas antes, como diria Michel de Certeau (1994), compreender a visão dos de “baixo”, ou seja, compreender como, diante das profundas transformações espaciais e da disciplinarização imposta pelo discurso técnico da modernização, a população local inventou táticas para reconstruir o seu espaço cotidiano e nele habitar.

Nesse contexto, a questão da paisagem cultural ganha relevância porque, na maioria das vezes, a paisagem reflete a memória de uma porção privilegiada da população. A paisagem

construída é o resultado do conflito entre a permanência dos símbolos que dão sentido a história de uma parcela da população em detrimento do sentimento de pertencimento do restante da população. A paisagem comporta as diferentes representações culturais de grupos sociais distintos, sendo a fonte de experiências do vivido o papel da memória na construção dos espaços urbanos. Pois, a despeito das elites locais se identificarem com os símbolos oficiais incrustados no espaço, a maioria da população não necessariamente se identifica com tais símbolos. Discutir o papel desses símbolos nos ajuda a desvelar as manobras excludentes e conservadoras de parcelas da população que usam o espaço urbano e as paisagens rurais visando legitimar a sua condição de população privilegiada. Além de dar visibilidade as diferentes identidades que se encontram subalternizadas e sem direito à memória e a identidade. Questionar a herança congelada em pedra e cal de apenas uma parcela da população pode contribuir fazer a população rediscutir e redesenhar não apenas o espaço urbano construído, mas também as paisagens culturais que emolduram a sua existência.

4. PATRIMÔNIO CULTURAL, MEMÓRIA E IDENTIDADE

Desde a assinatura da Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural pela UNESCO em 1972 temos assistido a um grande movimento por parte dos governos, instituições, entidades não governamentais, empresários ligados ao setor de turismo e parte das populações de diferentes lugares do planeta em transformar alguns lugares em patrimônio histórico da humanidade. Evidentemente tal mobilização deveria ser encarada como um fato altamente positivo. Esse fenômeno social poderia mesmo ser visto como uma espécie de resistência de populações locais diante de uma explosão de investimentos externos e projetos de modernização que se espalhavam pelo mundo a partir da segunda metade do século XX e transformaram radicalmente vários lugares. Visto por este prisma, a preservação do patrimônio histórico e cultural representava um duplo movimento: uma verdadeira barreira aos interesses do lucro mais imediato e, ao mesmo tempo uma luta pela preservação de cultura e de uma identidade local. No entanto, um olhar um pouco mais cuidadoso pode revelar alguns nuances desta questão e tornar visível alguns dos aspectos que ficaram na sombra.

Geralmente as políticas de preservação do patrimônio histórico e cultural, elaborada por órgãos governamentais e especialistas em políticas públicas, adotam a postura de preservar o patrimônio edificado. Tal movimento tem provocado, quase que invariavelmente, a cristalização em “pedra e cal” de vestígios da memória de apenas um determinado segmento das populações. Ilumina-se assim uma memória específica, ao mesmo tempo, que se condena às trevas a memória de segmentos inteiros dessa mesma população. Os vários projetos de patrimonialização têm o efeito de preservar a memória cristalizada em pedra e cal de uma pequena parcela da população em

detrimento da grande maioria que lenta e silenciosamente desaparece sem deixar vestígios. Esse processo de controle da memória, de certa forma, não passa de uma atualização do paradigma tradicional da patrimonialização. Uma concepção que remontaria ao monumentalismo historicista do século XIX. Em outras palavras, as políticas de preservação do patrimônio, normalmente, se ancoram em um modelo de historicismo positivista. Nele, a história é compreendida como um *continuum*. Algo como uma linha contínua que se estende indefinidamente do passado ao presente. Sendo a explicação do presente necessariamente ligada a um determinado passado. Neste caso, o patrimônio histórico seria uma espécie de arquivo, de monumento ou de testemunho ocular do passado que, por diferentes motivos, permaneceu até o presente.

O grande problema deste modelo de preservação da memória é que ele compreende o patrimônio material como algo dado, como um produto acabado que chegou até o presente. Os objetos, as construções, os lugares, as paisagens são interpretados como uma simples heranças do passado. Essa interpretação, longe de ser ingênua, privilegia e dá voz a uma parte do legado do passado, porém por vezes não discute efetivamente se aquilo que ficou é representativo de todas as vozes que uma vez se pronunciaram no passado e hoje silenciaram. O modelo torna invisíveis os inúmeros conflitos que uma vez se estabeleceram naquela sociedade e, portanto, representa assim alguma legitimidade, ou se representa um valor específico que diferencie aquela sociedade de tantas outras. As ações de conservação atuam quase indistintamente sobre aquilo que sobrou, ainda que de forma precária, do processo de modernização radical imprimido pela industrialização e urbanização do século XX.

No entanto o patrimônio de uma sociedade é fruto de sua memória coletiva e, portanto, não pode ser confundido com todos os resquícios do passado que chegaram até o presente. Aliás, na maioria das vezes, a memória social é relegada ao esquecimento em detrimento de objetos, obras ou paisagens que nem sempre representam a memória popular. Da mesma forma que a história positivista privilegia a versão dos vitoriosos ou a história das nações seleciona na memória as interpretações dos interesses nacionais, os objetos ou construções que são privilegiados são escolhidos por uma seleção prévia. Portanto, sendo a patrimonialização uma operação intelectual, mental e social, é evidente que suas escolhas, como um jogo de luzes e sombras, projetem um foco sobre aquilo que se quer que seja lembrado e aquilo que deve ser esquecido. Assim, se por um lado parece positivo o movimento de se preservar aquilo que concretamente permaneceu, por outro lado não há como deixar de perceber que por trás do discurso patrimonialista há um projeto político e ideológico de construção, preservação e fixação de memórias sociais seletivas.

A preservação do patrimônio histórico e cultural representa ganhos materiais que vão desde a produção de renda e emprego e o incremento do turismo em locais preservados até ganhos subjetivos como o aumento da autoestima da população. Entretanto, a questão que chama à reflexão

não é a necessidade de se conservar. Não se discute a importância da conservação dos centros antigos, mas pode-se e deve-se discutir o que conservar nestes lugares. Devem-se discutir, efetivamente, quais os critérios que devem ser utilizados para a preservação e, sobretudo, qual seu produto final, o que se deseja com um projeto de patrimonialização. Ao fim e ao cabo deve-se discutir que memória deve ser preservada. Sob pena de se criar um belo espaço devidamente conservado, mas que carece simbologia e de afetividade e que, portanto, não funciona como um lugar de encontro e de trocas de experiências.

Isto posto vamos discutir um exemplo concreto. A patrimonialização de uma praça no centro antigo da cidade do Rio de Janeiro.

5. A LUTA PELA MEMÓRIA E A IDENTIDADE NA PAISAGEM URBANA

No coração da cidade, espremida entre o mar e as torres de concreto, aço e vidro que caracterizam o centro da moderna cidade do Rio de Janeiro, descortina-se a Praça XV de Novembro. Berço de grandes acontecimentos históricos da cidade e do país, o logradouro carrega o emblemático nome de XV de Novembro como uma homenagem ao dia da Proclamação da República brasileira, embora tenha se convertido, nos últimos anos, num verdadeiro postal do Brasil Imperial. Palco da coroação de dois imperadores (Pedro I e Pedro II), paisagem cotidiana de milhares de cariocas, mas também palco da Revolta da Chibata, nos primeiros anos da República, a praça é um lugar pleno de significados e referências conflitantes. Lugar marcado, portanto, pela memória oficial que gera focos de luzes e sombras, mas também pelo imaginário social, onde a memória se projeta criando espaços de referências e identidade para a população. Os espaços iluminados são os símbolos da história oficial: o palácio, as igrejas as estátuas de figuras históricas. Os lugares de sombras são o antigo cais, a população de rua, os pobres, em suma, os olvidados da história oficial. Revelando o privilégio dado aos símbolos oficiais, vemos na praça a estátua de Dom João IV, símbolo da coroa portuguesa expulsa por Napoleão da Europa e do general Osório, um dos protagonistas da guerra movida contra o Paraguai. No entanto, não se via, até recentemente, qualquer sinal da memória de João Cândido, marinheiro negro que liderou a revolta contra o costume da marinha brasileira de punir os negros com o açoite. Na realidade, apenas há pouco anos atrás, por pressão do movimento negro, assistiríamos a inauguração de uma pequena estátua do “almirante negro” na Praça XV de Novembro. Nos últimos 30 anos a praça XV tem vivido um progressivo processo de restauração do patrimônio histórico. Orquestrado pelo poder público e por fundações privadas, tal processo age diretamente sobre a paisagem cultural urbana do logradouro. A opção por conservar na paisagem a representação de um Brasil Imperial instaura na praça um verdadeiro palco onde se encena o drama da identidade nacional.

A cidade do Rio de Janeiro passou, no pós-guerra, por um intenso processo de modernização, que se traduziu em fenômenos urbanos típicos da urbanização em países periféricos como crescimento desordenado, favelização, verticalização e metropolização. Esses fenômenos por si só já deixariam sua marca indelével sobre o espaço urbano, porém, para agravar ainda mais esses problemas que se aprofundaram a partir dos anos 60 do século XX, o golpe militar de 64 varreu qualquer possibilidade de resistência pela população da cidade. Durante esse vácuo de participação popular, que se prolongaria, por vinte anos, nos destinos na cidade, o impacto da modernização acelerada produziu verdadeiras calamidades urbanas. Nesse período a cidade, que já tinha um histórico de intervenções urbanas radicais, parece não resistir à marcha triunfante da modernização capitalista. Desde a construção da Avenida Rio Branco no início do século XX, um “grand boulevard” de inspiração haussmaniana, até a inauguração do Aterro do Flamengo nos anos 60 do mesmo século, a cidade se rendeu ao ímpeto dos projetos modernos. Além, é claro, da derrubada do morro do Castelo, berço da fundação da cidade, nos anos 20 e da construção da Avenida Presidente Vargas, nos anos 40 rasgando o ventre da cidade. Os anos 70 não fugiram a regra, o conceito de modernização suplantou a ideia de preservação do patrimônio. A ditadura militar infligiu duros golpes na memória urbana carioca como a derrubada do Palácio Monroe, e a construção da Avenida Perimetral, impedindo a ligação natural da Praça XV com o mar. Atos condizentes com um regime de exceção: derrubava-se o antigo prédio do Senado Federal e construía-se uma espécie de parede de concreto que a separava a cidade da sua verdadeira vocação histórica e geográfica que era o caminho do mar.

Nos anos 80 do século XX, percebe-se uma mudança de atitude da população em relação aos destinos da cidade. Mas o que provocou a transformação nas atitudes? Qual o papel da teoria da geografia na interpretação desse processo? Levanto aqui três hipóteses: a volta da normalidade democrática, a resistência do senso comum às pressões da modernização e, sobretudo, uma crítica conceitual ao modelo de modernização.

Entre os anos 60 e 70, auge da ditadura militar no Brasil o espaço da Praça é rasgado pela Avenida Perimetral, com objetivo de desviar o tráfego do centro da cidade para a Av. Brasil, uma das ligações com os subúrbios do Rio de Janeiro. O espaço da praça deixava de ser importante e era relegado à degradação. A construção de um via elevada no coração da praça cortando o espaço e obstruindo o caminho do mar, de certa forma representava os cânones a ditadura modernizante, o antigo deveria ser abandonado para que o novo pudesse surgir. O importante era facilitar a circulação dos automóveis, abrir espaço para o progresso e para o futuro. O projeto de Brasil como potência do futuro simbolicamente se inscrevia na praça e no centro da cidade cosmopolita. A liberdade que a praça representava era submetida quase definitivamente pelo concreto da via

elevada. Nos anos 60 do séc. XX, anos da ditadura militar, a degradação física desse espaço simbolizava a crise de representação do regime.

A redemocratização do país responde de certa forma, ao processo de unificação dos mercados e este último produz um grande impacto sobre as realidades urbanas. A palavra de ordem dos representantes oficiais passa a ser, então, a preocupação com as adequações dos locais à nova realidade econômica. Para a população em geral, no entanto, a sensação é que a globalização se assemelha a um turbilhão, que atinge indistintamente todos os espaços urbanos e coloca em risco sua identidade mais profunda. A volatilidade do processo provoca uma imediata reação ante a percepção de que o resultado do progresso é um espaço vazio de referências, é a transformação das esquinas, é o lugar sem a familiaridade e o afeto.

A praça XV foi o palco perfeito para se encenar o drama da identidade nacional. Ali o antigo e moderno se contrapõem ou se complementam. Uma batalha surda vai sendo travada entre o Brasil Imperial do século XIX, projeto e imagem de uma civilização nos trópicos, e o Brasil do século XX, projeto de futura potência moderna. Ali o Brasil republicano é obrigado a ajustar as contas com o seu passado imperial. Ainda nos anos 60 ergue-se a estátua equestre de D.João VI, presente do povo português pelos 400 anos de fundação da cidade. Nos anos 80 restauram-se o Paço Imperial e do Chafariz do mestre Valentin e o Convento do Carmo. A estátua do General Osório, fundida com os bronzes dos canhões da Guerra do Paraguai, outro símbolo da vitória imperial, ganha nova vida. Mais recentemente, reforma-se a antiga catedral, de acordo com suas características imperiais, para a comemoração dos 200 anos da chegada da família real ao Brasil.

O conjunto arquitetônico preservado é bastante representativo dos poderes da colonização portuguesa na América. O Convento do Carmo, Igreja do Carmo a Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, o Paço Real (mais tarde Paço Imperial) e o Arco do Teles (1730). O Palácio dos Vice-reis, as igrejas centenárias, as ordens religiosas, o convento e a casa do rico comerciante imprimem no espaço a marcas visíveis da religião católica, do poder do conquistador e dos interesses dos grandes comerciantes.

A praça comporta, evidentemente, uma dimensão material, porém é inegável sua dimensão simbólica. Como símbolo, sua patrimonialização foi um meio eficaz para desenvolver, comunicar e memorizar um sentido. Ela foi preservada para ser um complexo sistema de significação que se exprime através do espaço. A conservação dos prédios em torno, bem como do terreno, foi concebida para ativar, através do espaço, uma memória social do Brasil colonial. O projeto de patrimonialização, longe de ser ingênuo, evoca um modelo de civilização e um sistema de valores. Procurava-se assim, preservar uma paisagem matriz, algo como o espaço funcionando de maneira pedagógica para uma população que conserva poucas relações seja com o passado, seja com o espaço.

Um problema, no entanto, permanece. Como fazer uma população que foi, durante anos, sistematicamente excluída dos processos decisórios e privada dos direitos básicos de cidadania acreditar que a praça lhe pertence? Como transformar a antiga praça em um lugar de convivência e troca de experiências, se durante anos a população foi ensinada a evitar o espaço público? O cenário foi, de fato, preservado, mas a essência, completamente destruída. O espaço não é vivido, não é integrado ao cotidiano daqueles que o utilizam. Não há participação e não existe a sensação de pertencimento. Alguns traços da memória foram privilegiados, porém optou-se pelos símbolos oficiais (monumentos e estátuas equestres), mas estes não são, necessariamente, o elo de ligação com o imaginário popular. No fundo, a paisagem matriz da praça reflete a própria história do povo brasileiro que por décadas foi levado a acreditar que não passava de um mero espectador de sua própria história e apenas recentemente adquiriu a condição de se ver como protagonista de sua própria história. Portanto, fazer a população tomar posse da praça e restabelecer a sensação de pertencimento não é tarefa fácil, passa por adotar uma atitude diferente frente ao tempo e, sobretudo ao espaço.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A memória oficial, no caso do centro da cidade do Rio de Janeiro, sob a forma de patrimonialização optou, portanto, por iluminar os símbolos do Império e com isso congelou uma imagem positiva de uma monarquia democrática, onde se cultivavam as artes, as ciências e a literatura. O mesmo processo, porém optou por deixar nas sombras os porões desse mesmo império que se sustentou sobre o trabalho escravo e o latifúndio. Esse processo não é exclusivo da cidade do Rio de Janeiro nem tampouco, está em desacordo com os paradigmas da modernidade tardia, porém ele revela algo importante sobre a forma como nos relacionamos com o espaço e o tempo e, evidentemente, como vem sendo moldada a nossa identidade.

Como acreditamos ter deixado claro ao longo do trabalho, há que se destacar que, se o patrimônio cultural preservado revela mais sobre o presente do que sobre o passado, esse modelo talvez esteja mostrando incapacidade da cidade do Rio de Janeiro em se projetar para o futuro e gerar espaços de encontros e de trocas. Produzir um belo cenário, porém sem a presença, cheia de vida, dos atores sociais, não significa necessariamente promover a cidadania e a convivenciabilidade. Se a cidade é realmente a expressão de uma sociedade sobre determinado território, certamente ela não pode ser desprovida de contradições. No entanto, se nos deixamos seduzir por construções mitológicas de grandeza e superioridade, corremos o risco de olvidar que patrimônio cultural, ainda que seja um terreno de conflito, pode ser um campo fértil para semearmos um futuro em comum.

O trabalho procurou refletir sobre a maneira como o conceito de patrimônio cultural vem sendo utilizado pelos diferentes grupos identitários contemporâneos. Tal fato, longe de ser uma disputa democrática e saudável pelos terrenos da memória e pela preservação do espaço público revelou a legitimação do domínio dos aspectos simbólicos e do espaço concreto por um determinado grupo sociais em detrimentos de outros tantos.

Essa conclusão reforça alguns ensinamentos da história. O primeiro deles é que a luta pela memória é uma estratégia histórica de segmentos esclarecidos e mais favorecidos da sociedade em busca de legitimação. O segundo é que essa estratégia não se traduz apenas em representação social, mas antes, em fortalecimento e controle de determinados grupos e a subalternização de outros. O terceiro é que a ausência de representação leva à alienação em relação ao espaço público por parte de determinados grupos e, evidentemente, ao controle por parte de outro grupo. O quarto é que um espaço dividido, onde imensas parcelas da população não se sintam representadas, jamais será um espaço verdadeiramente público.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. de A. **Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700), vol.1 e vol.2.** Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio e Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010. 484p.
- ANDREATTA, V. **Cidades quadradas, paraísos circulares:** os planos urbanísticos do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006. 241p.
- BLANQUART, P. **Une Histoire de la Ville:** pour repenser la société. Paris. La Découverte/ Poche, 2004. 196 p.
- BENJAMIN, W. **Paris, capital du XIXe siècle.** Paris: L’Herne, 2011.61p.
- BERDOULAY, V ; CLAVAL, P. **Aux Bébutts de L’Urbanisme Français:** regards croisés de scientifiques de professionnels (fin de XIX-début XX siècle). Paris: L »Harmattan, 2001. 256 p.
- BESSE, J. M. **Ver a Terra.** Seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. São Paulo: Perspectiva, 2006. 108 p.
- BESSE, J. M. **O gosto do mundo:** exercícios de paisagem. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014. 224 p.
- CANDAU, J. **Memória e Identidade.** São Paulo: Contexto, 2014. 219 p.
- CASTELLS, M. **A Era da informação:** economia, sociedade e cultura. O poder da Identidade. Vol.2. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 627 p.
- CANTERO, N. O.; PISON, E. M. (editores): **La Recuperación del Paysage.** Madri. Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid, 2008. 311 p.
- CERTEAU, M de. **A Invenção do Cotidiano.** Petrópolis: Vozes, 1982. 345 p.

- CHOAY, F; **L`Allégorie du Patrimoine**. Paris. Seuil, 2007. 270 p.
- CLAVAL, P. **La Fabrication du Brésil : une grande puissance en devenir**. Paris : Bellin, 2004. 383p.
- FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1982. 239 p.
- GEERTZ, C. **Savoir Local-Savoir Global**. Les Lieux du Savoir. Paris: PUF, 1986. 293 p.
- GIDDENS, A. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 233 p.
- GONZÁLEZ-VARAS IBÁÑEZ, I. **Las Runas de La Memória: ideas y conceptos para una (im)posible teoria del patrimonio cultural**. México: Siglo Veintiuno Editores, 2014. 254 p.
- HALBWACHS, M. **Les Cadres Sociaux de la Mémoire**; Paris. Albin Michel, 1994. 367 p.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro : DP&A, 2004. 102 p.
- LEVY, J. ; LUSSAULT, M. **Dictionnaire de la Géographie et de L'Espace des Sociétés**. Paris, Belin, 2003. 1034 p.
- MARINS, P. C. G. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras In: NOVAIS, Fernando/ SEVCENKO, Nicolau. **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 820 p.
- MASSEY, D B. **Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2009. 312 p.
- NEEDELL, J.D. **Belle Époque Tropical**. Sociedade e Cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Cia das Letras, 1993. 383 p.
- POULOT, D. **Uma História do Patrimônio no Ocidente, dos séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. 240 p.
- RABINOW, P. **Une France Si Moderne: naissance du social 1850-1950**. Paris: Buchet/Chastel, 2006. 653 p.
- ROMERO, J. L. **América Latina: as cidades e as ideias**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004. 421 p.
- SENNET, R. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006. 192 p.
- SEVCENKO, N. **Literatura como Missão**. Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1999. 257 p.
- SCHULTZ, K. **Versalhes tropical: império, monarquia e a Corte real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 444 p.